



**Conselho das
Finanças
Públicas**

PLANO DE GESTÃO 2022

Março de 2022



O Conselho das Finanças Públicas é um órgão independente, criado pelo artigo 3.º da Lei n.º22/2011, de 20 de maio, que procedeu à 5.ª alteração da Lei de Enquadramento Orçamental (Lei n.º 91/2001, de 20 de agosto, republicada pela Lei n.º 37/2013, de 14 de junho). A versão final dos Estatutos do CFP foi aprovada pela Lei n.º 54/2011, de 19 de outubro.

O CFP iniciou a sua atividade em fevereiro de 2012, com a missão de proceder a uma avaliação independente sobre a consistência, cumprimento e sustentabilidade da política orçamental, promovendo a sua transparência, de modo a contribuir para a qualidade da democracia e das decisões de política económica e para o reforço da credibilidade financeira do Estado.

ÍNDICE

Índice	3
1. Introdução	4
2. Objetivos e Eixos Estratégicos 2021-2023.....	5
3. Objetivos para 2022.....	5
4. Recursos	13



1. INTRODUÇÃO

Este plano de gestão para 2022 constitui o segundo plano anual de concretização do Plano Estratégico 2021-2023.

O ano de 2021 continuou a ser marcado pelos efeitos da pandemia de COVID-19, com consequências indeléveis na execução do plano de gestão anterior. Assim durante esse ano a prestação de trabalho ocorreu esmagadoramente em regime de teletrabalho, com consequências em termos de interação pessoal que não podem ser ignoradas ao nível da articulação entre as várias equipas.

Em junho desse mesmo ano ocorreu a saída do Diretor dos Serviços Técnicos. Atentas as condicionantes em termos de recursos humanos, o Conselho Superior decidiu não nomear imediatamente um novo Diretor, o que se traduziu na cessação de funcionamento da Comissão Executiva e consequente delegação de poderes na Presidente do Conselho Superior com possibilidade de subdelegação.

Até à nomeação do próximo Diretor dos Serviços Técnicos o Conselho Superior deliberou delegar no membro não executivo Carlos Marinheiro a coordenação global na sua vertente técnica das áreas de missão, da área de projetos e das áreas de suporte de sistemas de informação e *data science*.

Não obstante estas dificuldades, o plano de publicações foi globalmente cumprido, tendo, no entanto, sido sujeito a alguns ajustes.

O ano de 2022 iniciou-se ainda com a pandemia de COVID-19 bem presente no quotidiano, assumindo a vaga de janeiro valores nunca antes atingidos, embora com um impacto significativamente inferior na pressão sobre o sistema de saúde e nas restrições impostas à economia, tudo indica graças ao processo de vacinação. As perspetivas de evolução da pandemia continuam incertas, embora se acalente a esperança de algum regresso à normalidade, caso não surja nenhuma nova variante que obrigue a rever os pressupostos em que assenta esse otimismo. Essa incerteza reflete-se necessariamente neste plano de atividades.

A rejeição pela Assembleia da República da proposta de Orçamento do Estado para 2022, a dissolução do Parlamento e a realização de eleições antecipadas a 30 de janeiro de 2022 constituem fatores adicionais de incerteza que impendem sobre este plano, quer quanto às datas da intervenção do CFP no processo legislativo conducente a nova proposta de orçamento para 2022, quer no plano financeiro, em concreto o próprio orçamento do CFP para 2022. Até à aprovação do Orçamento do Estado para 2022 aplicar-se-á o orçamento do CFP aprovado para 2021 no regime duodecimal.

A 16 de fevereiro de 2022 completa-se a primeira década de funcionamento do CFP. Nessa mesma data em 2012 tomaram posse perante a Senhora Presidente da Assembleia da República os primeiros membros do Conselho Superior do CFP. O CFP irá assinalar os 10 anos de funcionamento com uma renovação do logótipo e uma conferência comemorativa.

Em 2022 terminam os mandatos, renovados uma vez, dos vogais não executivos do Conselho Superior George Kopits e Carlos Marinheiro.

Este plano define os objetivos para 2022 e a sua interligação com os objetivos estratégicos e identifica os recursos à disposição do CFP para a sua implementação. Apresenta ainda as principais iniciativas e projetos e define-se um conjunto de indicadores de monitorização e metas associadas.

2. OBJETIVOS E EIXOS ESTRATÉGICOS 2021-2023

O Plano Estratégico 2021-2023 definiu os seguintes objetivos estratégicos com o intuito de orientar os planos anuais de gestão da instituição:

OE 1	Promover a gestão sustentável das Finanças Públicas
OE 2	Proporcionar transparência às decisões de política orçamental e financeira
OE 3	Ampliar o impacto do CFP
OE 4	Reforçar a capacitação institucional do CFP

A concretização dos objetivos estratégicos ocorrerá através dos seguintes eixos de implementação, os quais orientam o ciclo anual de gestão do presente plano:

Eixos de Implementação		
I. Organização e capacitação interna	II. Inovação nos <i>outputs</i>	III. Transformação digital

3. OBJETIVOS PARA 2022

Tendo em conta os objetivos estratégicos, preconizam-se os seguintes objetivos anuais do CFP para o ano de 2022 e respetivo relacionamento com os objetivos estratégicos, conforme se assinala a verde na seguinte figura:

Figura 1: Matriz de relacionamento entre os objetivos operacionais e estratégicos

Objetivos operacionais 2022	Objetivos estratégicos 2021-2023			
	OE1 Sustentabilidade	OE2 transparência	OE3 +impacto	OE4 capacitação institucional
1. Divulgação tempestiva dos Relatórios e Pareceres do CFP				
2. Melhoria contínua dos instrumentos de análise				
3. Melhoria contínua da comunicação externa				
4. Promoção da análise e debate da economia portuguesa e europeia				
5. Promoção da sustentabilidade ambiental				
6. Cooperação com parceiros externos				
7. Promover a transição digital incluindo a simplificação e desmaterialização da gestão interna do CFP				
8. Melhorar as competências e satisfação dos trabalhadores do CFP				

3.1 Objetivo 1: Divulgação tempestiva dos Relatórios e Pareceres do CFP

A informação preparada pelo CFP só é relevante para os destinatários se for objeto de divulgação oportuna, introduzindo um valor acrescentado de análise no domínio das matérias que abrangem as atribuições e competências do CFP durante o período de discussão e aprovação dos documentos de programação orçamental. Neste plano assume particular relevância a publicação “Perspetivas Económicas e Orçamentais”, divulgada em março e atualizada em setembro, cujo foco procura informar a tendência de evolução da economia e das finanças públicas portuguesas num cenário de políticas invariantes antes da apresentação dos dois principais documentos de programação orçamental: Programa de Estabilidade (incluindo o projeto de quadro de despesa) e o Orçamento de Estado, apresentados à Assembleia da República até 15 de abril e 10 de outubro, respetivamente, em circunstâncias normais. Tendo essa publicação um horizonte de médio prazo permite explicitar as condicionantes que impendem sobre o processo de decisão de política orçamental.

As publicações regulares do CFP e respetiva data de divulgação são publicitadas na página do CFP.

No entanto, a tempestividade das publicações do CFP está condicionada pelo momento em que os prestadores de informação cumpram os prazos acordados para o envio do conjunto de informação necessário para a sua elaboração. Atrasos nesse envio, e no limite a não disponibilização, podem prejudicar esse objetivo. Nesse âmbito, o CFP procurará estabelecer protocolos com serviços e entidades responsáveis pela produção

de informação, que assegurem resposta aos prazos e à especificação dos elementos a obter, necessários ao cumprimento das atribuições do CFP.

O Mapa indicativo de publicações para 2022 encontra-se abaixo. Importa, no entanto, referir que a data de apresentação das mesmas encontra-se condicionada pela data de apresentação da proposta de Orçamento do Estado para 2022, o que poderá provocar ajustes consideráveis em relação ao calendário habitual de algumas publicações no primeiro semestre de 2022.

<i>Publicações regulares</i>
Perspetivas Económicas e Orçamentais 2022-2026
Sector Empresarial do Estado 2019-2020 (<i>nova publicação regular</i>)
Parecer sobre as previsões macroeconómicas subjacentes ao Programa de Estabilidade 2022-2026
Análise do Programa de Estabilidade 2022-2026
Análise da Conta das Administrações Públicas de 2021
Evolução orçamental da Segurança Social e da CGA em 2021
Parecer sobre as previsões macroeconómicas subjacentes ao Orçamento de Estado para 2022
Desempenho do Serviço Nacional de Saúde em 2021
Análise da proposta de Orçamento do Estado para 2022
Execução Orçamental da Administração Local 2021
Perspetivas Económicas e Orçamentais 2022-2026 (atualização)
Parecer sobre as previsões macroeconómicas subjacentes ao Orçamento de Estado para 2023
Análise da proposta de Orçamento do Estado para 2023
Evolução Orçamental da Administração Regional 2021
<i>Publicações ocasionais</i>
Enquadramento orçamental das Regiões Autónomas
Evolução Orçamental da Administração Regional 2011-2020*
Qualidade das previsões do CFP
Alterações climáticas
Cumprimento das regras orçamentais e de dívida na administração central e na segurança social entre 2016 e 2021
Cuidados continuados
Orçamentação verde

Nota: os títulos poderão sofrer ajustamentos de pormenor. * Tratar-se-á de um Relatório.

Em consonância com os demais objetivos para 2022, o CFP prevê duas publicações ocasionais na área da sustentabilidade ambiental, assim como publicações novas na área do Sector Empresarial do Estado, Administração Regional, qualidade das previsões, Cuidados continuados e cumprimento das regras orçamentais.

3.2 Objetivo 2: Melhoria contínua dos instrumentos de análise

O CFP utiliza um conjunto de modelos e dispositivos, assim como processos de apropriação, compilação e tratamento de informação que servem de base para a elaboração dos relatórios, pareceres e demais publicações. Contudo, os instrumentos de análise devem ser sempre continuamente aperfeiçoados, seja integrando novos módulos em instrumentos já existentes, seja aprofundando de forma continuada os modelos e dispositivos em utilização, por forma a serem sucessivamente adaptados à evolução mais recente da economia portuguesa, com vista a melhorar a precisão das projeções e da análise desenvolvidas.

No domínio da verificação do cumprimento das regras orçamentais, os instrumentos têm de ser ajustados a alterações que ocorram na definição dessas regras ou da metodologia acordada para a verificação do seu cumprimento, tanto ao nível comunitário, como ao nível nacional (no que diz respeito aos subsectores da administração local e regional).

Será concluído em 2022 o projeto, iniciado em 2021, de criação de um “Modelo Estocástico de Projeção da Dívida Pública” em colaboração com a DG-Reform.

No plano do acompanhamento da execução orçamental dos vários subsectores das administrações públicas, o CFP além de ir integrando a informação que for sendo disponibilizada no novo sistema contabilístico SNC-AP nos seus instrumentos de análise, desenvolverá no domínio da comunicação interna, a conceção de quadros de indicadores (*dashboards*) que sistematizem e sintetizem a informação, simplificando a carga de exposição que habitualmente as notas internas apresentam.

Iniciar-se-á em 2022 a avaliação de um projeto que assegure a criação de uma base de dados organizada que assimile a informação de contas nacionais das Administrações Públicas reportada trimestralmente pelas Autoridades Estatísticas Nacionais (INE e BdP). Pretende-se neste âmbito, poder dispor de uma solução que permita uma exploração rápida e livre da informação por todos os analistas, promovendo ao mesmo tempo uma visualização dinâmica da informação nas suas várias dimensões e simultaneamente permita agilizar e completar a divulgação de estatísticas de finanças públicas no sítio internet do CFP.

3.3 Objetivo 3: Melhoria contínua da comunicação externa

O cumprimento da missão do CFP de proceder a uma avaliação independente sobre a coerência, cumprimento e sustentabilidade das finanças públicas portuguesas, promovendo a transparência orçamental, de modo a contribuir para a qualidade da democracia e das decisões de política económica e para o reforço da credibilidade financeira do Estado, requer a comunicação externa do trabalho desenvolvido. Os Estatutos do CFP reforçam essa necessidade de comunicação.

Para esse efeito, todas as suas publicações são públicas e publicadas no sítio na internet do CFP, estando livremente disponíveis para consulta.

A elaboração das publicações deverá utilizar uma linguagem clara e precisa, por forma a melhor ser compreendida pelas várias partes interessadas (*stakeholders*).

Adicionalmente, o CFP disponibiliza ainda na internet um conjunto de dados relativos às finanças públicas e às previsões macroeconómicas para a economia portuguesa no intuito de as tornar mais facilmente acessíveis aos cidadãos interessados.

Procurando seguir as melhores práticas internacionais, a disponibilização de gráficos dinâmicos acompanha os principais relatórios publicados, assim como um ficheiro em formato folha de cálculo contendo os valores subjacentes aos quadros e gráficos constantes nessas publicações.

Em 2022 será revisto o glossário disponível no sítio na internet do CFP, com revisão de entradas existentes, introdução de novas entradas e a sua disponibilização na versão em língua inglesa. De acordo com as estatísticas de uso do sítio, o glossário é um recurso bastante utilizado por utilizadores externos ao CFP por definir conceitos muito específicos de finanças públicas, reforçando assim a promoção da transparência orçamental.

A comunicação deve procurar seguir um processo de melhoria contínua adaptando-se às tendências de comunicação prevalentes. Em particular, procurar-se-á intensificar a divulgação de informação nas redes sociais para conseguir alcançar um público mais alargado.

O ciclo de conferências “O CFP convida ao debate” iniciado em 2020 constitui também uma forma do CFP comunicar com o exterior, tendo-se privilegiado uma audiência universitária no arranque da iniciativa, mas equacionando-se o seu alargamento a um público mais amplo, em função da temática em concreto. Em 2022, o ciclo de conferências será continuado com mais duas conferências temáticas que incidirão sobre:

- “Financiamento da Saúde em Portugal”
- “Sustentabilidade ambiental”

Por ocasião do 10.º aniversário do CFP será realizada uma renovação do logótipo institucional e criação de “livro de marca”, sendo necessário ajustar em conformidade os modelos de documentos utilizados e a substituição física dos logótipos existentes nas instalações do CFP.

Será ainda realizada uma conferência comemorativa do 10.º aniversário debatendo o tema da importância das instituições orçamentais independentes (Independent Fiscal Institutions, IFI, ou *fiscal councils* como são conhecidas em língua inglesa).

3.4 Objetivo 4: Promoção da análise e debate da economia portuguesa e europeia

Tanto nos relatórios regulares, como em publicações ocasionais e até em artigos de blogue o CFP procura promover a análise e debate da economia portuguesa, bem como a sua inserção na economia europeia. Com efeito, questões como a evolução a prazo da produtividade, a política fiscal, o envelhecimento populacional, a evolução prospetiva das finanças públicas, assim como os aspetos institucionais e de gestão financeira pública são críticos para o desenvolvimento sustentável da economia portuguesa.

O ciclo de conferências “O CFP convida ao Debate” também procura fomentar essa discussão no entendimento que só com base numa discussão aprofundada geradora de conhecimento sobre as características idiossincráticas da nossa economia os decisores de política económica poderão dispor da informação necessária para o processo de decisão.

3.5 Objetivo 5: Promoção da sustentabilidade ambiental

A sustentabilidade ambiental é indissociável do desenvolvimento sustentável da economia portuguesa. As medidas de mitigação e adaptação às alterações climáticas constituem um dos mais importantes desafios com que estamos confrontados. Como [referido em artigo de opinião](#) recentemente por três membros do Conselho Superior, “Só se assegurarão os objetivos da política climática com finanças públicas sustentáveis e estas só se manterão sustentáveis se o combate às alterações climáticas for bem-sucedido.”

Esta relação biunívoca entre a sustentabilidade ambiental e a sustentabilidade das finanças públicas leva à inclusão deste objetivo no plano anual. A sua concretização incidirá em dois níveis: ao nível da produção de informação e de conhecimento sobre a questão das alterações climáticas e respetivo impacto nas finanças públicas e também na própria gestão interna do CFP enquanto instituição.

Ao nível da produção de informação e conhecimento, o CFP já iniciou o tratamento destas questões nos seus relatórios regulares, em 2021 com a inclusão de uma secção específica no Relatório sobre os Riscos Orçamentais e Sustentabilidade de 2021. Em 2022 continuará a integração dessa temática nas publicações regulares, assim como a elaboração de duas publicações inteiramente dedicadas a esse tema: uma sobre as implicações das alterações climáticas e a resposta nacional; outra, na vertente orçamental, de compilação das melhores práticas internacionais sobre “Green Budgeting”.

Uma das conferências “CFP convida ao debate” incidirá também sobre esta temática, por forma a dinamizar a discussão do assunto na sociedade portuguesa.

Ao nível da gestão interna do CFP procurar-se-á reduzir a pegada ecológica da organização implementando ações destinadas a:

- Promover um uso racional da energia, aumentando a eficiência energética;
- Melhorar a gestão de resíduos;
- Reduzir os consumos de papel e o número de páginas impressas face a 2019;
- Integrar princípios de sustentabilidade ambiental nas políticas de compras;
- Sensibilizar os trabalhadores para as questões de sustentabilidade ambiental.

Para o efeito:

1. Será generalizada a adoção da iluminação Led nas instalações do CFP, a toda a iluminação que seja suscetível de modificação e que careça de substituição;

2. Será garantida a introdução de princípios de sustentabilidade nos processos de aquisição de bens e serviços, em pelo menos 60% dos processos de aquisição, através da introdução de cláusulas de sustentabilidade ambiental nos cadernos de encargos para os procedimentos de Ajuste direto-regime geral, consultas prévias e concursos públicos; e
3. Promover-se-á, pelo menos, uma ação de sensibilização junto dos trabalhadores para as questões ambientais.

3.6 Objetivo 6: Cooperação com parceiros externos

O Conselho Superior do CFP comparece de forma regular em audições na Assembleia da República, usualmente por ocasião da discussão parlamentar da proposta de Orçamento do Estado e do Programa de Estabilidade, bem como noutras ocorrências a propósito de assuntos relacionados com as competências e atribuições do CFP.

O CFP integra a rede de [Parliamentary Budget Officials and Independent Fiscal Institutions](#) da OCDE, a rede [EU IFIs](#) (rede de instituições orçamentais independentes da União Europeia) e a rede EUNIFI (EU National Independent Fiscal Institutions) da Comissão Europeia. Nesse âmbito, o CFP participa em reuniões regulares dessas redes, contribuindo para os trabalhos nelas desenvolvidos. Colabora ainda com o Conselho Orçamental Europeu ([European Fiscal Board](#)), uma instituição de aconselhamento da Comissão Europeia. No domínio dessa colaboração, o CFP responde a vários questionários promovidos por essas redes e instituições, quer no tocante à sua atividade quer às finanças públicas portuguesas.

Ocorrem reuniões regulares com a Comissão Europeia, Fundo Monetário Internacional e outras instituições no âmbito das competências do CFP. Reveste-se de particular importância, no domínio da fiscalização do cumprimento das regras orçamentais europeias transpostas para a legislação nacional, um diálogo técnico com os serviços da Comissão Europeia relativo a questões metodológicas.

Serão ainda formalizados dois protocolos com entidades responsáveis pela produção de informação necessária ao cumprimento das atribuições do CFP, nomeadamente com a Administração Central do Sistema de Saúde, IP (ACSS) e com a Direção Geral das Autarquias Locais (DGAL).

3.7 Objetivo 7: Promover a transição digital incluindo a simplificação e desmaterialização da gestão interna do CFP

Em 2022 continuar-se-á a promover a simplificação e desmaterialização da gestão interna do CFP, que tem como objetivo a otimização dos processos, garantindo uma uniformização dos procedimentos e uma maior eficiência.

A primeira fase deste processo consiste na implementação de um sistema de gestão documental, permitindo disponibilizar toda a informação de forma organizada e

transparente e possibilitando a identificação imediata da fase onde os processos se encontram e a identificação de eventuais problemas. Esta fase iniciou-se em 2021, tendo-se efetuado o levantamento dos processos e circuitos existentes e da documentação produzida. A sua conclusão em 2022 pode, no entanto, ser condicionada pela data de contratação de um novo coordenador da área de TIC e ciência de dados, cargo atualmente vago.

Este objetivo terá impacto na organização, em primeiro lugar, por possibilitar uma gestão facilitada de documentos, bem como a simplificação da gestão interna, por forma a que a desmaterialização não seja apenas a substituição do papel pelo digital, mas também uma garantia de que esta desmaterialização permita uma efetiva revisão e simplificação dos processos.

Numa segunda fase, a desmaterialização passará por um esforço de integração dos diferentes sistemas existentes, bem como pela adoção de outros, novos, para automatização de procedimentos, permitindo uma diminuição da afetação de tempo de trabalho a tarefas possíveis de serem automatizadas, garantindo assim a diminuição de redundâncias e do potencial para erro humano. Em concreto, será concluída em 2022 a implementação de um sistema integrado de receção, processamento automático (armazenamento e transformação) e exploração dos dados que suportam o acompanhamento do Sector da Saúde, do Sector Empresarial do Estado e das contas nacionais das Administrações Públicas reportadas trimestralmente pelas Autoridades Estatísticas Nacionais (INE e BdP).

3.8 Objetivo 8: Melhorar as competências e promover a satisfação dos trabalhadores do CFP

O CFP continuará a efetuar uma aposta estratégica na formação, com vista a promover a melhoria das competências existentes e a aquisição de novas competências.

Para o efeito, deverá garantir-se que, pelo menos, 85% dos trabalhadores frequentam ações de formação.

Neste âmbito, será avaliada a satisfação de cada ação de formação frequentada pelos trabalhadores durante o ano e será elaborado um relatório de formação, o que permitirá avaliar o grau de execução do Plano de formação de 2022.

No âmbito da avaliação da satisfação dos trabalhadores e com vista a perceber qual a evolução da mesma durante o ano 2022, será realizado um inquérito a todos os trabalhadores em dezembro, para avaliar a satisfação com a organização; a satisfação com os colegas; a satisfação com as condições de trabalho; a satisfação com o salário; a satisfação com o tipo de trabalho; a satisfação com o volume de trabalho; a satisfação com as perspetivas de desenvolvimento e promoção na carreira e das competências e a satisfação com a gestão e os sistemas de gestão.

4. RECURSOS

4.1 Recursos humanos

No início do ano de 2022, para a concretização dos objetivos propostos, o CFP contava com 23 efetivos, número que inclui os membros do Conselho Superior, órgão máximo do CFP, sendo este responsável pelo cumprimento da sua missão e pela prossecução das suas atribuições. Este número inclui também o Fiscal Único, órgão responsável pelo controlo e pela legalidade da gestão financeira e patrimonial do Conselho.

O Diretor dos Serviços Técnicos é designado de entre o pessoal dos serviços técnicos, em regime de comissão de serviço, integra a Comissão Executiva, órgão do CFP que assegura a gestão corrente do Conselho. Esta posição encontra-se vaga no início de 2022.

Dos cinco Coordenadores, três estão afetos às áreas de missão e dois estão afetos às áreas de suporte, tendo uma das posições afetas à área de suporte ficado vaga em fevereiro de 2022.

A totalidade dos Analistas integram as áreas de missão e os técnicos integram as áreas de suporte.

A composição dos efetivos existentes no CFP, em 01 de janeiro de 2022, bem como a expectativa de recrutamento e o resultado desse recrutamento é apresentada no quadro abaixo:

	Efetivos		
	Em 01.01.2022	Recrutamento previsto	Efetivos pós-recrutamento
Conselho Superior	5	-	5
Fiscal Único	1	-	1
Diretor dos Serviços Técnicos	0	*	1
Coordenadores	5	*	5
Analistas	7	5	11 **
Técnicos	5	-	5
Técnicos de sistemas informação	1	1	1 **
Total	24	6	29

Notas: * O Diretor deverá ser designado de entre o pessoal técnico; a posição de coordenador de sistemas de informação e ciência de dados vagou em 15 de fevereiro, pelo que terá de ser designado um coordenador em regime de comissão de serviço. Consequentemente, a última coluna reflete a distribuição esperada dos efetivos após as estas duas designações.

**Foram abatidos, ao número de efetivos, o Diretor e o Coordenador a designar em comissão de serviço.

4.2 Plano de formação

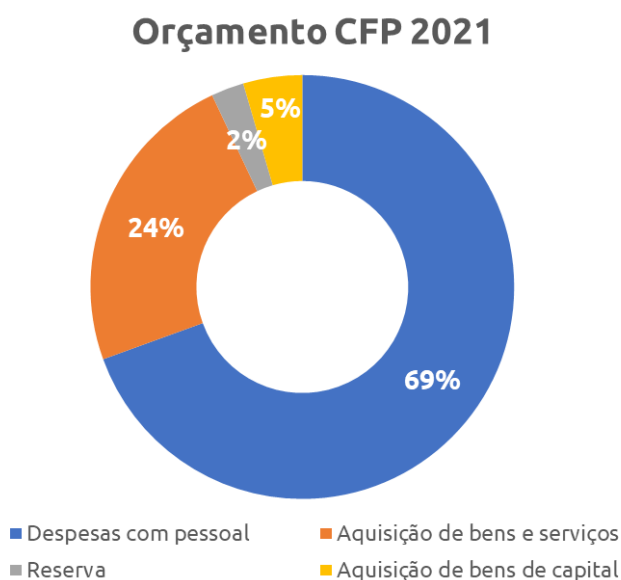
Será elaborado um Plano de formação, tendo por base as reais necessidades de formação para a organização. Ter-se-á em conta os objetivos definidos, as condições existentes, os meios tecnológicos disponíveis e os conhecimentos de cada formando. Após o diagnóstico, será possível realizar um plano de formação adequado à realidade e às características dos trabalhadores.

No plano de formação serão definidos os objetivos, local e conteúdos teóricos e práticos a abordar, bem como o orçamento necessário.

No final de cada ação de formação será realizado um inquérito de satisfação verificando-se se a formação cumpriu os objetivos estipulados.

4.3 Recursos financeiros

Para o ano 2022, aplica-se até à aprovação do Orçamento do Estado para 2022 o orçamento transitório que corresponde à aplicação do regime duodecimal ao orçamento aprovado para 2021. No orçamento para 2021, à semelhança do verificado no ano de 2020, a dotação inicial atribuída ao CFP ascende a 2,6 M€, sendo que o agrupamento de “Despesas com pessoal” representa 69% do orçamento de despesa, o agrupamento de “Aquisição de bens e serviços” 24% e o agrupamento de “Aquisição de bens de capital” 5%, conforme identificado no gráfico abaixo.

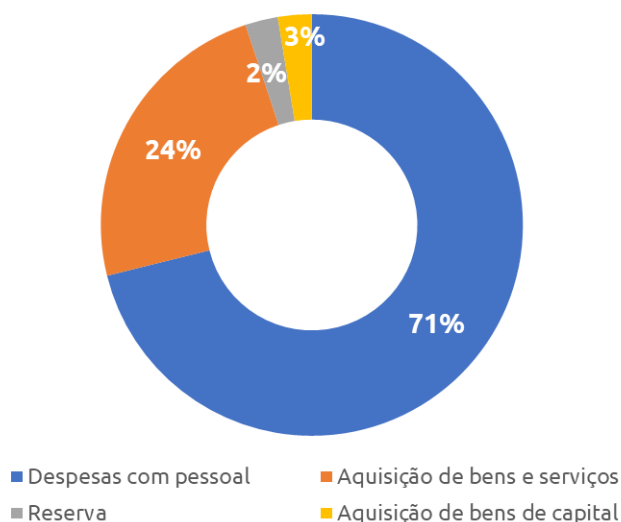


Nota: O orçamento de 2021 continua a aplicar-se em regime duodecimal enquanto vigorar o orçamento transitório.

O gráfico identificado acima compara com o gráfico identificado abaixo, sendo que este último reflete a dotação inicial do orçamento do CFP referente ao de 2020.

Da referida comparação, conclui-se que, no ano 2021, existiu uma ligeira diminuição da dotação do orçamento inicial afeta a “Despesas com pessoal” em detrimento de um aumento da dotação afeta a “Aquisição de bens de capital”.

Orçamento CFP 2020



A diferença percebida entre as componentes da dotação inicial do orçamento 2021 (aplicável em regime duodecimal até à aprovação do orçamento para 2022) e 2020, pode ainda ser analisada no seguinte quadro:

CLASS. ECONÓMICA	DESPESA	ORÇAMENTO (Dotação Inicial, em €)	
		2020	2021
01.00.00	Despesas com pessoal	1.920.353	1.875.483
02.00.00	Aquisição de bens e serviços	642.001	635.342
06.02.03	Reserva	67.496	67.496
07.00.00	Aquisição de bens de capital	70.000	121.528
	Total	2.699.850	2.699.850

Nota: O orçamento de 2021 continua a aplicar-se em regime duodecimal enquanto vigorar o orçamento transitório.

4.4 Tecnologias de informação e comunicação

A área de missão do CFP conta com algumas ferramentas informáticas para desenvolver o seu trabalho, tais como o Eviews, Mathlab, WinRats, Stata, MathType, EndNoteX7, PowerBI Pro e Azure SQL DB, na sua maioria disponíveis desde 2013, excluindo o PowerBI Pro e Azure SQL DB que apenas foram colocados à disponibilização da área de missão em 2020.

Na área de suporte, para além da disponibilização das ferramentas informáticas para a prestação de contas e de informação junto das entidades oficiais de controlo, designadamente junto do Tribunal de Contas (através dos Serviços OnLine do TdC); da DGO, através do SIGO (que integra o SOE, o Sistema Central de Encargos Plurianuais, os Sistema de Encargos com Pessoal, o Sistema das Alterações Orçamentais, o Sistema de Execução Mensal (receita/despesa), o Sistema de Pagamentos em Atraso, o Sistema de Registo da Previsão Mensal de Execução Inicial) e através dos Serviços on-line da DGO (que integra os Fundos Disponíveis, a Previsão Mensal de Execução, a Unidade de Tesouraria); da Inspeção Geral de Finanças (através do SIREF); do IMPIC (através do Portal BaseGov); da DGAEP (através do SIOE); do Gabinete de Estratégia e Planeamento do Ministério do Trabalho e Segurança Social (através da aplicação de recolha do Relatório Único); da AT (através da Declaração Mensal de Remunerações, do Modelo 10, do Modelo30); da CGA (através do RCI e serviços OnLine da CGA); da ADSE (através do Sistema de Edição de Ficheiros de Descontos e Serviços OnLine da ADSE); da Segurança Social (através da Declaração Mensal de Remunerações e Serviços OnLine da Segurança Social), também tem à sua disposição as ferramentas como o SinGAP; O Porta Time RH da ELO; o GeRFIP, o Portal FE AP, o PRMester e o Internet Banking-IGCP.

Adicionalmente, o CFP coloca à disposição de toda a sua equipa o Windows 10 Pro/Windows 11 Pro, o Office365, Adobe Acrobat Pro 9, a Intranet-Sharepoint Online e o Portal Press Power, conforme se identifica no quadro abaixo.

Área	Sistema de Informação (SI) em utilização no CFP	Função ou processo organizacional coberto
Missão	Eviews Matlab Rats Stata MathType EndNoteX7 PowerBI Desktop	Análise estatística e econométrica Análise e computação numérica Análise estatística e econométrica Análise estatística Editor de notação matemática Gestor de referencias bibliográficas Self-Service Business Intelligence
Suporte	SINGAP-Recursos Humanos Portal Time RH e Security nG GeRFiP Portal FE AP PR Master IGCP - Internet Banking Azure SQL Database Power BI Pro	Gestão de Recursos Humanos e Vencimentos Sistema de Assiduidade e Relógio de Ponto Gestão Contabilística e Financeira Portal de suporte à faturação eletrónica na Adm. Púb. Sistema de gestão de acesso físico às instalações CFP Tesouraria e gestão de contas IGCP Base de dados relacional (alojada em nuvem) Plataforma Organizacional de Business Intelligence
Missão + Suporte	Windows 10 Professional Office 365 for Business Sharepoint Online Adobe Acrobat Pro 9 Portal Press Power Serviço Bluesoft	Sistema Operativo de posto de trabalho CFP Suite de produtividade de posto de trabalho CFP Plataforma de suporte à intranet do CFP Suite de edição para documentos PDF Portal de gestão de serviço clipping e notícias Serviço de gestão e alojamento do website CFP